

RACISMO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Mulheres e negros são considerados minorias no tocante à representatividade.

O grupo de negros é formado por pardos e pretos.

Em 2022, entrou em vigor a norma que todas as mulheres e os negros eleitos para a Câmara de Deputados Federal terá direito ao dobro dos recursos ligados ao fundo partidário e ao fundo eleitoral. A medida foi aprovada na tentativa de aumentar a representatividade de mulheres e negros na política brasileira.

O nível de interesse das mulheres pela vida política é baixíssimo, sendo importante despertá-las para esse cenário, assim como aos negros e indígenas.

O racismo está na estrutura da sociedade brasileira. A polícia é reflexo da sociedade. É importante o surgimento de ONGs que exijam providências em relação à apuração de crimes ligados ao racismo.

Uma das primeiras práticas do governo Lula foi equiparar o crime de injúria racial ao racismo.

Sob o ponto de vista histórico, é importante salientar que o Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão, e mesmo assim por pressão internacional.

A construção do Brasil é também da montagem de uma estrutura social que possibilitou a manutenção do racismo, inclusive após a abolição da escravidão, que pode ser abordada a partir da construção da sociedade junto às suas ações e suas leis. Como o Brasil foi o último país das Américas e um dos últimos do mundo a abolir a escravidão, não há dúvida de que essas ações contribuam para o racismo estrutural, uma prática ainda muito presente na contemporaneidade brasileira. A mão de obra do Brasil Colônia e do Brasil Império foi pautada na escravidão e no preconceito racial, tornando-o estrutural, mesmo com as leis abolicionistas que começaram a surgir na segunda metade do Século XIX, a partir da proibição do tráfico de escravos para o Brasil e de leis como a do Ventre Livre e a dos Sexagenários, pois estas duas leis, de nenhuma forma, após a promulgação, prepararam o negro que nascia livre ou se tornava liberto para ser encaixado nas opções de emprego e de educação na sociedade.

O contexto do pós-Lei Áurea também foi de preconceito contra os alforriados, já que havia a vasta preferência em empregar os imigrantes europeus, que entravam no país em grande volume, no intuito sociológico do branqueamento da população, além de uma lógica mercantilista em pagar uma mão de obra cada vez mais barata, devido ao aumento da concorrência. Nessa atmosfera, o Século XX perpetuou o que chamamos de racismo estrutural, ou seja, a sociedade brasileira foi alicerçada sobre uma estrutura racista em que o negro sempre foi uma classe associada aos trabalhos do corpo e não do intelecto e, por essa discriminação e falta de oportunidades, a população preta se tornou também a população mais pobre. Uma estrutura em que a dita democracia racial se tornou um mito, pois o privilégio foi construído como uma exclusividade dos brancos pela mera cor da pele.



5m



A Frente Negra surgiu no esteio da primeira metade do Século XX, assim como a Lei de Combate à Discriminação Racial, mas a legislação que teve mais efetividade na contribuição contra o racismo foi a Constituição Federal de 1988, quando tornou o racismo crime inafiançável e imprescritível. Mesmo com a força da Lei Constitucional, atualmente o racismo continua presente no país e a necessidade premente do seu combate tem na representatividade uma das premissas mais importantes, ou seja, a conscientização de entidades, grupos e pessoas, independentemente da cor, na defesa e na representação dos interesses e das expressões em nome da luta antirracista, o que o fragmento textual e a imagem demonstram claramente.

Considerando que o texto e a imagem apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, abordando os seguintes aspectos:

1. O racismo como um problema estrutural no Brasil;

Obs.: | estrutura da sociedade brasileira, desde a época da escravidão. As leis que tentam incluir a população negra muitas vezes não são cumpridas.

2. A criminalização do racismo no Brasil;

Obs.: | o racismo passou a ser crime em 1988 e hoje, também a injúria racial.

3. A necessidade de representatividade para o combate à discriminação racial brasileira.

Obs.: | as cotas servem como incentivadores para concursos e faculdades.

Os militantes negros ganharam um impulso importante em 1948, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, com o voto do Brasil, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz que todos são iguais perante a lei, sem nenhum tipo de discriminação, inclusive por cor ou raça. O mundo acabava de sair da Segunda Guerra Mundial, e a ONU agia para impedir que se repetissem pelo mundo os crimes de cunho racista perpetrados pela Alemanha nazista.

Internet: senado.leg.br (com adaptações)

O humor racista é um tipo de discurso de ódio, é um tipo de mensagem que comunica desprezo, que comunica condescendência por minorias raciais. Mais do que isso, ele reforça a noção de que minorias raciais não são atores sociais competentes, o que compromete a possibilidade de que elas consigam acesso a oportunidades profissionais.

O ambiente de trabalho é o lugar no qual o racismo recreativo mais se manifesta. (...) O Poder Judiciário tem uma posição ambígua a esse respeito. Muitos juízes de varas criminais exigem a comprovação de dolo específico para o crime de injúria racial, o que os leva a desconsiderar a natureza nociva do racismo recreativo. A situação é diferente na justiça do trabalho. Ali vemos inúmeros juízes reconhecendo que piadas racistas no ambiente do trabalho são formas de assédio moral porque são injúrias raciais.

Internet: cartacapital.com.br (com adaptações)

Tendo os textos precedentes como unicamente motivadores, redija um texto dissertativo acerca do racismo recreativo. Em seu texto, aborde as características dessa prática (valor, 9,50 pontos) e as suas consequências no ambiente laboral (valor: 9,25 pontos), bem como apresente ações individuais, da sociedade e, sobretudo, de organizações para extinguir essa prática de discriminação racial no Brasil (valor 9,50 pontos).



Obs.: | é comum entre os brasileiros fazerem piadas sobre negros e sobre mulheres.

A postura de cada um é não ser condescendente com essa prática de ridicularizar o outro. Principalmente no Brasil, onde a população esmagadora é miscigenada.

Também é necessário que não seja feito com relação a qualquer minoria.

Como consequência, atinge a autoestima da pessoa.

Todas as empresas devem estar atentas à diversidade, contratando mais pessoas que façam parte dos grupos minoritários.



As pessoas podem se manifestar, mas deve haver um limite a essas manifestações.

O PL 2630 diz respeito à questão da propagação de notícias falsas.

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (com adaptações)

No âmbito da dignidade humana, é fácil intuir a necessidade de ser assegurada a liberdade de expressão: não há vida digna sem que o sujeito possa expressar seus desejos e convicções. Viver dignamente pressupõe a liberdade de escolhas existenciais que são concomitantemente vividas e expressadas. Dito de outro modo, viver de acordo com certos valores e convicções significa, implícita e explicitamente, expressá-los. No que diz respeito à democracia, a liberdade de expressão é direito fundamental diretamente correlato à garantia de voz aos cidadãos na manifestação de suas várias correntes políticas e ideológicas.

Internet: www12.senado.leg.br (com adaptações)

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

O Direito à Liberdade de Expressão

A presença da liberdade de expressão na lei é uma conquista de toda a humanidade, pois apoia direitos fundamentais das pessoas, por isso, a ideias de livre manifestação de pensamento faz parte das legislações da ONU, das convenções internacionais e do arcabouço da estrutura legislativa de uma série de países democráticos. No Brasil, esse é um dos conceitos que dá suporte para a existência de democracia, pois afasta a ideia de censura de governos autoritários.

Mas há limites, essa liberdade de expressão deve ter o limite a partir do momento em que há desrespeito ao próximo.

Aprovação do marco civil da internet: neutralidade da rede.

Também há a dificuldade de redes sociais passarem dados para a polícia e para a justiça.

AS redes sociais devem impedir e checar o conteúdo que está sendo propagado.

Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1. A importância social e individual do direito à liberdade de expressão;
 2. Os limites do direito à liberdade de expressão.
-

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pela professora Rebecca Caroline Rocha de Souza Guimarães.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
